



# Demonstrações Financeiras Banco Bari

2º semestre e exercício de 2025

Banco Bari de  
Investimentos e  
Financiamentos  
S.A.

**Demonstrações financeiras referentes ao  
semestre e exercício findo em 31 de  
dezembro 31 de dezembro de 2025**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>7</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>14</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>15</b>

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas.

### **A) Apresentação das Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado de capital fechado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, este composto, adicionalmente, pelas controladas Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo parecer sem ressalva dos auditores independentes, KPMG Auditores, referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### **B) Visão Organizacional**

Banco Bari é especializado em dois produtos, quais sejam: a) crédito consignado, com a quase integridade de convênios firmados com entidades públicas repassadoras, para atendimento a seus servidores; e b) crédito imobiliário, com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis para pessoas físicas e jurídicas. Também pode ser classificado como um banco digital, já que a maior parte dos seus produtos e serviços são efetivados de forma virtual.

### **C) Atividades de Relevância no Contexto Corporativo**

O Conglomerado Financeiro Bari contratou empresa especializada para assessorá-lo no atendimento às novas regras operacionais, ditadas pelas Resoluções CMN nºs 4966 e 5100, e Resoluções BCB nºs 219, 309 e 352. As alterações trazidas pelos citados normativos tiveram impactos importantes e foram implementados a partir de jan/2025. Os principais impactos foram em relação a forma de contabilização e reconhecimento contábil dos custos atrelados a originação de operações de crédito e, também, nos critérios de mensuração das provisões para perdas incorridas e esperadas nas operações de crédito.

### **D) Área Administrativa**

Realizamos diversas ações e reuniões informativas periódicas sobre a evolução dos negócios do Conglomerado Financeiro Bari, além de abordagem sobre novos produtos, melhorias e novidades no nosso app e plataformas digitais, em que parcela relevante do funcionalismo vem marcando presença. Seguindo a disposição de apoio a medidas de motivação, transparência e valorização do quadro funcional, diversos programas nesta linha foram desenvolvidos, dos quais selecionamos os seguintes:

- **Ciclos de Avaliação de Desempenho:** Condução estruturada para fortalecer a cultura de feedback e o desenvolvimento contínuo.
- **Ciclos de Meta:** Acompanhamento estruturado para potencializar a cultura de resultados.
- **Desenvolvimento de Liderança e Equipe:**
  - **Teambuilding de Liderança:** Atividades voltadas para o fortalecimento do **trabalho em equipe** e da **atuação colaborativa**.
  - **Pesquisa de Clima Organizacional:** Iniciativa com o objetivo de tornar nossa empresa um lugar cada vez melhor para se trabalhar.
- **Conscientização e Bem-Estar**
  - **Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral no Trabalho:** Campanha de sensibilização e reforço de boas práticas no ambiente corporativo.

- **Ações de engajamento:** Iniciativas ao longo do exercício, como Janeiro Branco, Dia da Mulher, Dia das Mães, dias dos Pais, Dia do Orgulho, Café Junino/Julino e Natal solidário.

### E) Destaques Operacionais

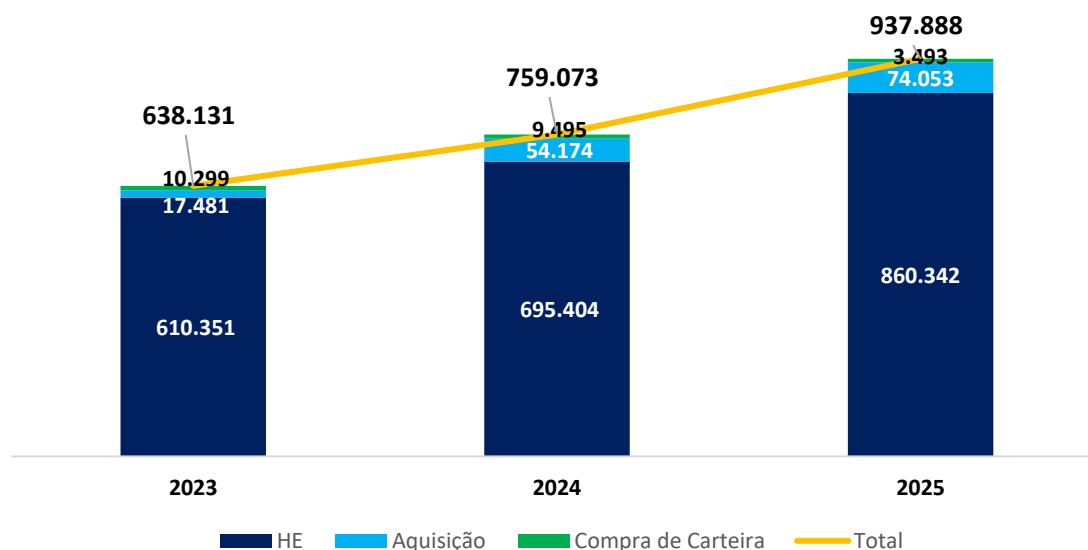
Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), que mostram a evolução ocorrida no exercício de 2025, comparativamente à posição de encerramento do exercício de 2024

	<u>31/12/2025</u>
a) Patrimônio Líquido:	201.279
b) Ativos de crédito:	1.345.649
c) Captação:	1.470.406
d) Índice de Basileia:	21,49%
e) Lucro do período:	35.480
f) *ROAE	18,7%
<b>Carteira de Crédito</b>	
g) Atraso > 90 dias	2,96%
h) Atraso > 180 dias	1,20%

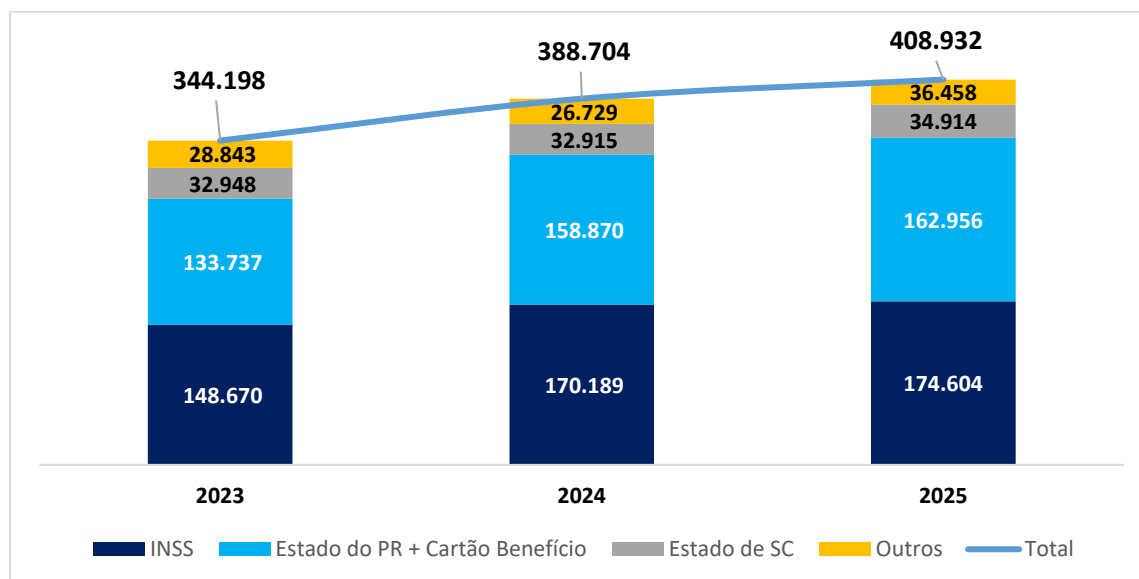
\*ROAE: refere-se ao retorno sobre o patrimônio líquido médio.

O lucro auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, consoante item “e” supra, segue apresentando resultado condizente com o nosso porte e projeções efetuadas no início do exercício aqui sob referência, e ainda se valendo das economias geradas por constantes investimentos em tecnologia. Vale realçar a evolução da carteira de crédito, **que registrou crescimento de 19,07% no segmento imobiliário e de 4,95% no crédito consignado** quando se observa os dois gráficos abaixo apresentados, compreendendo exercício entre 31 de dezembro e 2025.

#### Carteira de Crédito – Imobiliário

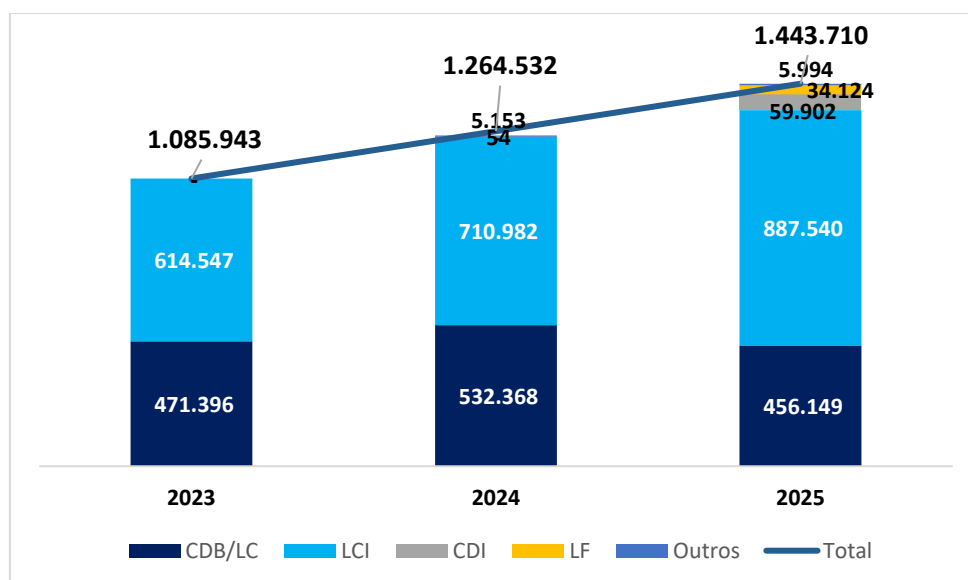


## Carteira de Crédito – Consignado e Cartão



## Captações

Com fulcro nos dados do quadro abaixo, podemos observar que as captações experimentaram incremento próximo a **14,17% no exercício de dez/2024 e dez/2025 e de 32,95% no exercício de dez/2023 a dez/2025**, sendo realizadas em volume crescente por via app, o que trouxe agilidade e comodidade aos nossos correntistas, que disponibilizamos àqueles investidores demonstrativos mensais acerca de suas aplicações.



## **F) Governança Corporativa**

O Banco Bari atende aos princípios básicos de Governança Corporativa, com reuniões regulares do seu Conselho de Administração, e, também, cumprindo uma rotina semanal de reuniões de sua Diretoria. Adicionamos que o banco realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa. Dispõe, ainda, de: a) Código de Ética e Conduta; b) política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro; c) Canal de Denúncias; d) Ações Internas de Sensibilização e Disseminação da Inclusão, com vistas a respeitar a diversidade; e e) outros instrumentos de transparência de gestão, em total simetria com os preceitos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Sobre o Conselho de Administração, informamos que se reúne anualmente com a auditoria interna terceirizada do Banco, com o objetivo de se inteirar do estado dos controles internos aqui implementados, visando, caso necessários, eventuais ajustes que possam resultar em aperfeiçoamentos.

## **G) Rating**

O Banco detém a classificação “**BrA-**”, com mudança de perspectiva de estável para positiva na revisão de rating anual ocorrida na data do 26 de novembro de 2025, atribuído pela avaliadora Moody’s A mudança para a perspectiva positiva é um reconhecimento do fortalecimento contínuo da rentabilidade do banco após os investimentos realizados em 2022 e 2023, que foi fomentado pelo crescimento das operações de crédito conjugado com eficiência operacional. Além disso, a perspectiva reflete uma maior diversificação dos instrumentos e canais de captação. O banco tem acessado novos instrumentos de dívida e expandido sua oferta por meio de uma plataforma própria, reduzindo a dependência de captações de mercado.

## **H) Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Capital**

Em consonância com as prescrições da Resolução CMN n.º 4.557/17, elegemos setores para atuarem no controle dos diversos riscos previstos no citado normativo, representados por risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco social, risco ambiental, risco climático, risco de gerenciamento de capital, entre outros, e contamos com um Diretor investido como responsável pelo assunto (CRO), presente que centralizamos essas atividades no Banco, envolvendo ainda a controlada Bari Cia Hipotecária. Testes de estresse são realizados semestralmente, de forma a prevenir eventos com severidade que possam derivar de cenários pouco comuns. Conquanto estejamos desobrigados de criar um Comitê para acompanhamento da evolução dos diversos riscos, conforme indicado na resolução acima para entidades em que nos inserimos, de classe S4, instituímos uma Comissão para executar tal tarefa, que tem a presença, entre outros técnicos, de todos os diretores e reuniões trimestrais. Entre os temas a serem ali avaliados encontra-se a RAS, uma grade, instituída pela citada Resolução CMN 4557, com 11 (doze) indicadores de performance, no nosso caso, em que constam os riscos toleráveis em operações distintas. Realçamos, a respeito do indicador referente a risco socioambiental e climático, que elaboramos política para nortear nossas ações pertinentes, considerando a sua relevância no contexto atual, em que sobressai a necessidade de prevenir os efeitos do aquecimento climático e intempéries daí decorrentes.

## **I) Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT)**

O Banco e suas controladas Bari Hipotecária e Bari Securitizadora tem suas atividades no particular definidas em política, que apresenta como objetivo formalizar as diretrizes e definir os papéis e responsabilidades para prevenir a utilização das empresas do Conglomerado Prudencial Bari (Conglomerado) em práticas de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, em conformidade com as exigências legais e regulamentares específicas constantes na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, e complementos, Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, Circular BACEN nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, Carta-Circular BACEN nº 4.001, de 29/01/2020 e pelas Normas emitidas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Este tema vem ganhando

proeminência, na atualidade, frente a diversas ocorrências em mercado que recomendam atenção diferenciada de prevenção a esse respeito.

### **Agradecimentos**

Considerando o exposto, a Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores, a demonstrar pleno engajamento na construção de um banco moderno e competitivo

Curitiba, 30 março de 2026.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro  
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Ao Conselho de administração e Acionistas do**

**Banco Bari S.A.**

*Curitiba/ PR*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bari S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco Bari S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.a às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referente ao período de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352/23 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalvas relacionada a este assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-PR



Marco Antonio Pontieri

Contador CRC 1SP153569/O-0

**Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.**

**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025**

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	Passivo	Nota	31/12/2025
<b>Circulante</b>		<u>534.872</u>	<b>Circulante</b>		<u>624.219</u>
Disponibilidades	5	<u>1.796</u>	<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>		<u>582.035</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	93.977	<b>Depósitos</b>	12.a	<u>210.536</u>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<u>428.892</u>	Depósitos a vista		25.376
<b>Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<u>98.520</u>	Depósitos a prazo		179.700
Carteira própria	6.a	89.294	Depósitos interfinanceiros		5.423
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	9.226	Outros depósitos		37
<b>Operações de crédito</b>	7	<u>312.543</u>	<b>Recursos de aceites de emissão de títulos</b>	12.b	<u>371.499</u>
Operações de crédito - setor privado		320.307	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		371.499
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(7.764)	<b>Relações interfinanceiras</b>	13	<u>1.286</u>
<b>Outros ativos financeiros</b>	8	<u>17.829</u>	Transações de pagamento		1.286
Outros ativos financeiros		17.898	<b>Outras obrigações</b>		<u>40.898</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(69)	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		547
<b>Outros ativos</b>	9	<u>10.207</u>	Sociais e estatutárias	14	633
Outros ativos		10.327	Fiscais e previdenciárias	15	5.350
Provisão para impairment		(120)	Diversas	16	34.368
<b>Não circulante</b>		<u>1.179.990</u>	<b>Não circulante</b>		<u>889.363</u>
Realizável a longo prazo		<u>1.087.476</u>	Exigível a longo prazo		<u>889.363</u>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<u>998.798</u>	<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>		<u>887.085</u>
<b>Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<u>4.427</u>	<b>Depósitos</b>	12.a	<u>336.921</u>
Vinculados a garantia de operações	6.b	1.810	Depósitos a prazo		276.447
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	2.617	Depósitos interfinanceiros		54.480
<b>Operações de crédito</b>	7	<u>994.371</u>	Outros depósitos		5.994
Operações de crédito - setor privado		1.025.342	<b>Recursos de aceite de emissão de títulos</b>	12.b	<u>550.164</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(30.971)	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		516.040
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	23	<u>47.406</u>	Letra financeira		34.124
<b>Outros ativos financeiros</b>	8	<u>24.322</u>	<b>Outras obrigações</b>		<u>2.278</u>
Outros ativos financeiros		24.329	Sociais e estatutárias	14	77
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(7)	Fiscais e previdenciárias	15	1.177
<b>Outros ativos</b>	9	<u>16.950</u>	Diversas	16	1.024
Outros ativos		17.924	<b>Patrimônio líquido</b>	18	<u>201.280</u>
Provisão para impairment		(974)	Capital	18.a	<u>165.000</u>
<b>Permanente</b>		<u>92.514</u>	De domiciliados no país		120.000
<b>Investimentos</b>	10	<u>85.518</u>	Aumento de capital		45.000
Investimentos em participações em coligadas e controladas		85.518	Reservas de lucros		34.287
<b>Imobilizado de uso</b>		<u>1.665</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		1.993
Outras imobilizações de uso		3.350	<b>Total do passivo</b>		<u>1.714.862</u>
Depreciações acumuladas		(1.685)			
<b>Intangível</b>	11	<u>5.331</u>			
Ativos intangíveis		53.710			
Amortizações acumulada		(48.379)			
<b>Total do ativo</b>		<u>1.714.862</u>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

## Demonstrações de resultados

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º sem/2025	31/12/2025
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<u>138.815</u>	<u>274.273</u>
Operações de crédito		121.899	245.635
Resultado com títulos e valores mobiliários	6.b	5.165	11.275
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.b	11.751	17.363
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<u>(97.298)</u>	<u>(185.080)</u>
Operações de captação no mercado	12.c	(90.355)	(170.355)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	7.b	(6.943)	(14.725)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<u>41.517</u>	<u>89.193</u>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<u>(24.558)</u>	<u>(47.987)</u>
Receita de prestação de serviços	20	5.897	10.589
Despesas de pessoal		(4.039)	(7.503)
Outras despesas administrativas	22	(28.921)	(57.910)
Despesas tributárias	21	(2.661)	(6.017)
Resultado de equivalência patrimonial	10	6.333	13.840
Outras receitas operacionais		850	2.305
Outras despesas operacionais		(2.017)	(3.291)
<b>Resultado operacional</b>		<u>16.959</u>	<u>41.206</u>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<u>16.959</u>	<u>41.206</u>
Imposto de renda e contribuição social	23	<u>(177)</u>	<u>(5.726)</u>
Provisão para imposto de renda		619	(1.590)
Provisão para contribuição social		444	(1.365)
Ativo fiscal diferido		(1.240)	(2.771)
<b>Lucro líquido do período</b>		<u><u>16.782</u></u>	<u><u>35.480</u></u>
Quantidade de ações		165.000	165.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,1017	0,2150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	2º sem/2025	31/12/2025
<b>Lucro líquido do período</b>	<u>16.782</u>	<u>35.480</u>
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>		
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(342)	(3.834)
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças do valor justo	(351)	(253)
Imposto de renda e contribuição social	(271)	(6.718)
	<u>280</u>	<u>3.137</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>16.440</u></u>	<u><u>31.646</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
				Legal	Estatutária / Especial			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		104.500	-	8.092	52.794	5.827	(1)	171.212
Ajuste inicial da adoção à Resolução nº 4.966/2021		-	-	-	(8.066)	-	-	(8.066)
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2025</b>		<u>104.500</u>	<u>-</u>	<u>8.092</u>	<u>44.728</u>	<u>5.827</u>	<u>-</u>	<u>163.147</u>
	6							
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e hedge de fluxo de caixa	5	-	-	-	-	(3.834)	-	(3.834)
Aumento de capital		15.500	45.000	-	(1.289)	-	-	59.211
Lucro líquido do período							35.480	35.480
Destinações:								-
Reserva legal	18.b	-	-	1.774	-	-	(1.774)	-
Reserva para integridade do Patrimônio Líquido	18.c	-	-	-	3.053	-	(3.053)	-
Dividendos	18.d	-	-	-	(20.547)	-	(17.853)	(38.400)
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	(1.524)	-	(12.800)	(14.324)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<u>120.000</u>	<u>45.000</u>	<u>9.866</u>	<u>24.421</u>	<u>1.993</u>	<u>-</u>	<u>201.280</u>
<b>Mutações do exercício</b>		<u>15.500</u>	<u>45.000</u>	<u>1.774</u>	<u>(20.307)</u>	<u>(3.834)</u>	<u>-</u>	<u>38.133</u>
<b>Saldos em 1 de julho de 2025</b>		<u>120.000</u>	<u>-</u>	<u>9.028</u>	<u>56.902</u>	<u>2.335</u>	<u>-</u>	<u>188.265</u>
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e hedge de fluxo de caixa	6					(342)		(342)
Aumento de capital		-	45.000	-	-	-	-	45.000
Lucro líquido do período							16.782	16.782
Destinações:								-
Reserva legal	18.b	-	-	838	-	-	(838)	-
Reserva para integridade do Patrimônio Líquido	18.c				(1.909)		1.909	-
Dividendos					(20.547)		(17.853)	(38.400)
Juros sobre o capital próprio	18.d				(10.025)		-	(10.025)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<u>120.000</u>	<u>45.000</u>	<u>9.866</u>	<u>24.421</u>	<u>1.993</u>	<u>-</u>	<u>201.280</u>
<b>Mutações do semestre</b>		<u>-</u>	<u>45.000</u>	<u>838</u>	<u>(32.481)</u>	<u>(342)</u>	<u>-</u>	<u>13.015</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem/2025	31/12/2025
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do semestre		<u>16.782</u>	<u>35.480</u>
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		3.697	8.774
Equivalência patrimonial	10	(6.332)	(13.840)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6	(11.751)	(17.363)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	7.b	6.943	14.725
Provisão para outros ativos financeiros		16	29
Provisão (reversão) para outros ativos		-	1.021
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17.c	239	156
Provisão para imposto de renda e contribuição social	23	(1.063)	2.955
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	23	1.240	2.771
Participação dos empregados		<u>313</u>	<u>558</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários		(57.503)	(52.622)
Operações de crédito		(110.257)	(202.923)
Outros ativos financeiros		(5.335)	(19.758)
Outros ativos		<u>815</u>	<u>(8.905)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Depósitos a vista e a prazo		29.465	(79.978)
Recursos de aceites de emissão de títulos		145.544	65.863
Relações interfinanceiras		831	212.424
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		208	465
Obrigações sociais e estatutárias		(1.623)	(2.624)
Obrigações fiscais e previdenciárias		6.253	(3.971)
Outras obrigações		<u>(11.666)</u>	<u>12.751</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>	<u>3.075</u>
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais</b>		<u>6.816</u>	<u>(40.937)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Ajustes em investimentos adoção do nova norma			
Aquisições de imobilizado		(124)	(185)
Adições ao intangível		(106)	(96)
<b>Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de investimentos</b>		<u>(230)</u>	<u>(281)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		(12.100)	(30.310)
Aumento de capital	18	<u>6.600</u>	<u>20.810</u>
<b>Caixa líquido (aplicado)/gerado na atividades de Financiamentos</b>		<u>(5.500)</u>	<u>(9.500)</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		1.086	(50.718)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		95.773	95.773
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		94.687	146.491

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (“Banco”), constituído sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atua com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens, cartão de crédito e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

### **2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras**

#### **a. Base de elaboração das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Conforme consta no Art. 79 da Resolução nº 4.966/2021, as instituições ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

#### **Adoção de novas normas**

O Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que trata de conceitos e critérios contábeis aplicáveis a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, provisão para perdas esperadas ao risco de crédito, designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e evidenciação das informações.

Adicionalmente, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução BCB nº352/2023 que estabelece procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros (teste de SPPI – Somente Pagamento de Principal e Juros), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, incluindo pisos mínimos obrigatórios e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros nas notas explicativas.

Concomitante à mudança trazida pela Resolução supracitada, também ocorreu a reformulação do Plano de Contas Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF (Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26/07/2024).

- As referidas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião 30 de março de 2026.

**b. Impactos provenientes da Implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023**

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 foram aplicadas de forma prospectiva e os ajustes de saldos contábeis foram reconhecidos em 1º de janeiro de 2025 e contrapartida do Patrimônio Líquido (rubrica “Lucros Acumulados”) com redução total de R\$ 8.066 proveniente de:

<b>Descrição</b>	<b>Efeitos</b>
Provisão para Perdas	(11.329)
(-) Efeito tributário	5.098
Ajustes Investimento Controlada	(1.835)
<b>(=) Efeito de transição no Patrimônio Líquido</b>	<b><u>(8.066)</u></b>

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

### **3 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

**a. Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**c. Apuração do resultado**

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

**d. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos e receitas diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados com base no modelo de negócios para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa (teste de somente principal e juros - Teste SPPJ), conforme a relação a seguir:

(i) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado quando o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros

(ii) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixas contratuais quanto pela venda de ativos financeiros com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamento de principal e juros

(iii) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado quando não atendem aos critérios descritos acima

Os passivos financeiros são mensurados ao Custo Amortizado, exceto i) derivativos; ii) passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiro; iii) passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro; iv) compromissos de crédito e créditos a liberar; e v) garantias financeiras prestadas.

***Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)***

As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os instrumentos derivativos, designados como parte de estrutura de proteção de riscos (“*hedge*”) são classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa. A parcela efetiva da valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos é registrada em contrapartida conta destacada no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*, ou (ii) na realização do objeto do *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecido diretamente no resultado.

***Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos***

As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas.

As operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos tem suas receitas ou despesas reconhecidas no resultado *pró-rata-day*, sendo que as operações que possuem receitas ou despesas diretamente atribuídas são apuradas com base na taxa de juros efetiva (“modelo padrão”) nos termos do Art. 72 da Resolução BCB nº 352/2023.

**e. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. é constituída com base na metodologia simplificada, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 352/2023 para seus ativos financeiros.

A Companhia considera os prazos de vencimentos e os percentuais mínimos estabelecidos nos Artigos 76 a 78 para constituição de provisão para perdas incorridas (ativos inadimplidos) e para constituição de provisão adicional. Adicionalmente classificou os ativos financeiros em C1 a C5 considerando o tipo do produto e as garantias das operações conforme determinado pelo Art. 81 da Resolução BCB nº 352/2023

De forma complementar, a Companhia realiza *backtests* anuais considerando dados históricos, comparando as perdas observadas com os níveis de provisão mínimos constituídos, e caso seja identificada insuficiência, é realizado ajuste complementar (Provisão para Perdas Esperadas) em conformidade com o artigo 79, inciso III da Resolução BCB nº 352/2023.

O Banco efetua a baixa dos ativos financeiros para prejuízo quando a provisão para perdas chega no percentual de 100%.

**f. Outros ativos**

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros.

**g. Investimentos**

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

**h. Ativo imobilizado**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

**i. Ativo intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%
Marcas e patentes	25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

**j. Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, semestralmente, na ocasião do levantamento do balanço, para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

**k. Depósitos e captações no mercado aberto**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

**l. Recursos de aceites e emissão de títulos**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

**m.**

**n. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*Impairment*)**

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

**o. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

**Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

**Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

**Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

**Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas somente com risco provável.

**Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do BACEN.

**p. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

***Impostos diferidos***

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

**q. Resultado recorrente e não recorrente**

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o lucro líquido do Banco no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 16.782 e R\$ 35.480, respectivamente, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

**r. Adoção de novas normas**

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a aderência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, essa Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022. Foi realizada avaliação e análise por parte do Banco, cujo resultado demonstrou que não há impactos e procedimentos a serem estabelecidos.

A Lei 14.467/2022, alterou o tratamento tributário aplicado às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta lei entrou em vigor a partir de janeiro de 2025.

Foi publicada a MP nº 1.261 em 02/10/2024, convertida na Lei nº 15.078/2024, determinando o prazo para diferimento dos ativos diferidos originados a partir das perdas incorridas existentes em 31/12/2024, podendo ser em 84 ou 120 avos, condicionados, iniciando a contabilização dessas perdas, na determinação do lucro real, para Imposto de Renda e Contribuição Social, a partir de janeiro/2026.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2025. Esse normativo não tem impacto no Banco Bari.

**s. Eventos subsequentes**

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas no semestre e exercício de 31 de dezembro de 2025.

**4 Classificação dos ativos e passivos financeiros**

O Banco classificou seus ativos e passivos financeiros, para o balanço de 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado abaixo:

	<b>Custo Amortizado</b>	<b>Valor Justo no Resultado</b>	<b>Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>				
Disponibilidades	1.796	-	-	1.796
Aplicação Interfinanceira de liquidez	93.977	-	-	93.977
Títulos e valores mobiliários	1.573	1.810	87.721	91.104
Derivativos de Swap	-	-	11.843	11.843
Operações de crédito	1.345.649	-	-	1.345.649
Outros ativos financeiros	42.151	-	-	42.151
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1.485.146</b>	<b>1.810</b>	<b>99.564</b>	<b>1.586.520</b>
<b>Passivos</b>				
Depósitos	547.457	-	-	547.457
Recursos de aceites e emissão de títulos	921.663	-	-	921.663
Relações interfinanceiras	1.286	-	-	1.286
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>1.470.406</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.470.406</b>

**5 Caixa e equivalente de caixa**

	<u><b>31/12/2025</b></u>
Depósitos bancários	531
Reservas livres	1.171
Disponibilidades em moeda estrangeira	94
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>1.796</b>
<b>Operações compromissadas - Posição bancada</b>	<b>93.977</b>
Letra do Tesouro Nacional	501
Créditos vinculados	93.476
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>95.773</b>

As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2025	
	Tx.	Curto prazo
Microcrédito	0,9615% a.a	501
DI (pré)	14,90% a.a.	93.476
<b>Total</b>		<b>93.977</b>

## 6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

		31/12/2025		
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
<b>Custo amortizado</b>				
Letra Financeira do Tesouro – LFT (valores em garantia de operações)	01/03/2026	1.573	1.572	1
<b>Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes</b>				
Letra Financeira do Tesouro – LFT (carteira própria)	01/03/2026 a 01/09/2026	87.721	87.681	40
<b>Valor justo no Resultado</b>				
Certificado de recebíveis imobiliários	17/12/2037 a 10/05/2043	1.810	2.220	(410)
<b>Total</b>		<b>91.104</b>	<b>91.473</b>	<b>(369)</b>

### a. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swap”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e liquidação Financeira de Títulos – B3. Esses contratos são utilizados visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros da carteira de captações (corrigida pelo IPCA e CDI respectivamente), conforme demonstrada a seguir:

	31/12/2025					
Contratos de <i>Swap</i>	Valor referencial	Diferencial a receber (pagar)	Posição ativa		Posição passiva	
			Acruar	MTM	Acruar	MTM
Ativos DI x Passivos IPCA (**)	65.612	6.027	83.487	83.487	79.840	77.460
Ativos DI x Passivos Pré (**)	73.470	5.816	96.949	96.949	92.745	91.133
<b>Total</b>	<b>139.082</b>	<b>11.843</b>	<b>180.436</b>	<b>180.436</b>	<b>172.585</b>	<b>168.593</b>

(\*\*) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação a mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido, onde os objetos do *hedge* são certificados de depósitos bancário e letras de crédito imobiliário.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações para preço de mercado. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apuração que utilizam informações de mercado, inferidas, a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para novos modelos.

O Banco tem como política a eliminação de parte do risco de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de juros e operando apenas com instrumentos que permitam o controle dos riscos.

<b>Efetividade do <i>hedge</i></b>	<b>31/12/2025</b>
Contratos de swap firmados em outras instituições financeiras, registrados na B3	
Valor do instrumento de “ <i>hedge</i> ”	180.436
Valor do objeto de “ <i>hedge</i> ”	223.296
Taxa de efetividade (*)	<b>123,75%</b>

(\*) A efetividade do *hedge* encontra-se em conformidade, de acordo com o estabelecido na Resolução CMN 4.966/2021

**b. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos**

	<b>2º Sem/2025</b>	<b>31/12/2025</b>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.314	2.319
Rendas de aplicações em operações compromissadas	2.852	8.956
Resultado com títulos de renda fixa	5.205	7.195
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.545	10.168
<b>Total</b>	<b>16.916</b>	<b>28.638</b>

**7 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**

**a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação (considerando saldos de prêmios e descontos:**

	<b>31/12/2025</b>	
	<b>Carteira</b>	<b>Distrib.</b>
Cartão de crédito	1.326	0,10%
Crédito pessoal e outros	1.564	0,12%
Financiamento imobiliário empreendimento - aquisição	3.493	0,26%
Financiamento imobiliário residencial - aquisição	73.296	5,45%
Crédito pessoal consignado	406.042	30,17%
Empréstimos com garantia	859.928	63,90%
<b>Total</b>	<b>1.345.649</b>	<b>100,00%</b>

**Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.**  
*Demonstrações financeiras referente ao  
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025*

Circulante	320.307
Não circulante	1.025.342

**b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**

***b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito***

	<b>2º sem/2025</b>	<b>31/12/2025</b>
Saldo no início do período	(35.072)	(18.775)
Adoção de novas normas	-	(11.290)
Constituição líquido de reversões	(6.943)	(14.725)
Créditos baixados para prejuízo	3.280	6.055
<b>Saldo final do período/exercício</b>	<b>(38.735)</b>	<b>(38.735)</b>
Circulante		(7.764)
Não Circulante		(30.971)

***b.2 Recuperação de créditos baixados para prejuízo***

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 1.039 e R\$ 2.573, respectivamente.

***b.3 Valores de operações renegociadas e refinanciadas***

	<b>2º Semestre/2025</b>		<b>31/12/2025</b>	
	<b>Refinanciamentos</b>	<b>Renegociações</b>	<b>Refinanciamentos</b>	<b>Renegociações</b>
<b>Produto</b>				
Crédito Consignado	71.853	334	125.896	967
Crédito Imobiliário	15.708	15.236	30.085	40.927
Cartão de Crédito	992	-	1.287	-
<b>Total</b>	<b>88.553</b>	<b>15.570</b>	<b>157.268</b>	<b>41.894</b>

Não ocorreram reestruturações no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**b.4 Composição da carteira e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, por rating**

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, sem considerar os valores de prêmios e descontos, em 31 de dezembro de 2025 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

<b>Ativos Não Problemáticos</b>	<b>C1</b>	<b>C2</b>	<b>C5</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Zero a 14 dias	810.414	555	387.789	1.198.758	89,01%
15 a 30 dias	33.875	-	3.654	37.529	2,79%
31 a 60 dias	44.276	-	1.411	45.687	3,39%
61 a 90 dias	10.617	-	539	11.156	0,83%
<b>Ativos Problemáticos inadimplidos</b>					
Menor que 3 meses	15.473	-	3.560	19.033	1,41%
Igual ou menor que 3 e menor que 6 meses	2.564	-	2.165	4.729	0,35%
Igual ou menor que 6 e menor que 9 meses	499	2	2.644	3.145	0,23%
Igual ou menor que 9 e menor que 12 meses	526	1	2.268	2.795	0,21%
Igual ou maior que 12 meses	7.779	-	2.448	10.227	0,76%
<b>Ativos Problemáticos não inadimplidos</b>					
Menor que 90 dias	12.100	18	1.645	13.762	1,02%
<b>Total</b>	<b>938.123</b>	<b>576</b>	<b>408.123</b>	<b>1.345.822</b>	<b>100%</b>

Composição de perdas associadas ao risco de crédito:

<b>Carteira</b>	<b>Situação</b>	<b>Total a vencer</b>	<b>Vencidos</b>	<b>Perdas Esperadas Incorridas</b>	<b>Perdas Esperadas Adicionais</b>
C1	Ativos Não problemáticos	892.985	3.950	-	15.011
C1	Ativos Problemáticos inadimplidos	23.410	3.431	7.948	1.139
C1	Ativos Problemáticos não inadimplidos	14.042	429	-	1.255
C2	Ativos Não problemáticos	549	-	-	8
C2	Ativos Problemáticos inadimplidos	1	1	1	-
C2	Ativos Problemáticos não inadimplidos	18	-	-	6
C5	Ativos Não problemáticos	392.767	512	-	2.639
C5	Ativos Problemáticos inadimplidos	9.367	3.715	9.419	431
C5	Ativos Problemáticos não inadimplidos	1.547	98	-	878
<b>Total</b>		<b>1.334.686</b>	<b>12.136</b>	<b>17.368</b>	<b>21.367</b>

**c. Cessão de crédito**

Durante o semestre e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Banco não realizou operações de aquisição de créditos de terceiros, no entanto para operações ocorridas em períodos anteriores, auferiram rendas. Ainda, durante o período em questão, o Banco alienou parte da carteira de crédito por intermediação e estruturação pela parte relacionada, Bari Securitizadora S/A, através do patrimônio separado, para emissão de CRI. Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, e não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

	2º sem/2025	31/12/2025
Rendas auferidas (-) revertidas	(92)	23
(-) Alienação de créditos	(20.070)	(32.047)

**d. Concentração de créditos**

	31/12/2025
Dez maiores devedores	43.011
Percentual do total da carteira de operações de crédito	3,19%
Cinquenta maiores seguintes	105.349
Percentual do total da carteira de operações de crédito	7,82%

**8 Outros ativos financeiros**

	31/12/2025
<b>Circulante</b>	
Títulos e créditos a receber	74
Valores a receber de sociedades ligadas	88
Adiantamentos e antecipações salariais	373
Outras rendas a receber	486
Impostos a recuperar (c)	2.608
Devedores por compra de valores e bens (a)	4.267
Serviços prestados a receber	4.626
Devedores diversos (b)	5.376
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(69)
<b>Total</b>	<b>17.829</b>
<b>Não circulante</b>	
Impostos a recuperar (c)	6.809
Dividendos e juros ao capital próprio a receber	13.690
Devedores por compra de valores e bens (a)	498
Devedores por depósitos em garantia	230
Devedores diversos (b)	3.102
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(7)
<b>Total</b>	<b>24.322</b>

- (a) Os valores inscritos em “Devedores por compra de valores e bens”, tanto no circulante como no não circulante, são representados em 31 de dezembro de 2025, líquidos de provisão para devedores duvidosos por: (i) R\$ 2.632 vendas parceladas de imóveis; (ii) R\$ 2.057 com característica de concessão de crédito para operações do cartão de crédito Bari.
- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por: (i) valores relativos a portabilidades, baixas de contratos por refinanciamentos no montante de R\$ 2.237; (ii) valores em contestação BariCard em R\$ 1.408; (iii) custas de pré consolidação de imóveis no valor de R\$ 1.645; (iv) R\$ 2.916 relativos a saldos não processados de custos de origemação e (v) R\$ 272 saldos pulverizados.
- (c) Referem-se a valores de antecipações de IRPJ e CSLL ocorridas, que serão recuperadas em exercícios futuros.

## 9 Outros ativos

	<b>31/12/2025</b>
<b>Circulante</b>	
Valores em estoque – Equipamentos de informática	48
Despesas antecipadas – seguros	3
Despesas antecipadas – Serviços técnicos especializados	1.144
Despesas antecipadas – Renovação contratual ELO	921
Despesas antecipadas – estoque plástico BariCard	676
Ativos não financeiros recebidos	7.535
Provisão para <i>impairment</i>	(120)
<b>Total</b>	<b>10.207</b>
<b>Não circulante</b>	
Despesas antecipadas – Renovação contratual ELO	2.995
Ativos não financeiros recebidos	14.929
Provisão para <i>impairment</i>	(974)
<b>Total</b>	<b>16.950</b>

Os critérios de classificação dos ativos não financeiros recebidos, para curto e longo prazo, são através de identificação da impossibilidade de venda do bem, seja por liminar judicial ou imóvel ocupado. Os laudos dos bens retomados são atualizados semestralmente na ocasião do balanço, sua mensuração é realizada pelo valor esperado de venda.

### a. Movimentação de Ativos não financeiros, líquido do valor recuperável

	<b>2º Sem/2025</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Saldo inicial</b>	22.048	20.726
Retomadas no período	9.603	19.454
Vendas no período	(9.345)	(16.245)
Resultado na venda	(1.266)	(2.889)
Sobejo (troco na venda)	296	378
(Constituição)/reversão de valor recuperável	34	(54)
<b>Saldo final</b>	<b>21.370</b>	<b>21.370</b>

## 10 Investimentos

	Controladas		Outros	31/12/2025
	Bari Securitizadora S.A (a)	Bari Companhia Hipotecária (b)	CIP S.A (c)	
<b>Informações sobre a controlada:</b>				
Número de ações de capital	3.750.000	45.000.000		
Ativo total	16.978	625.799		
Lucro do período	1.883	12.055		
<b>Patrimônio líquido:</b>				
Capital social	3.750	45.000		
Reservas de lucros	535	36.400		
Ajuste a valor de mercado	-	132	24	
<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>4.153</b>	<b>81.424</b>		
<b>Informações sobre o investimento na controlada e Outros:</b>				
Número de ações possuídas	3.712.000	44.550.000		
Percentual de participação (%)	99,00%	99,00%		
<b>Movimentação dos investimentos no exercício:</b>				
Saldo em 01 de janeiro de 2025	9.408	69.353	796	79.557
Dividendos propostos	(7.199)	(680)	-	(7.879)
Resultado de equivalência patrimonial	1.903	11.937	-	13.840
<b>Saldo final do Exercício</b>	<b>4.112</b>	<b>80.610</b>	<b>796</b>	<b>85.518</b>
<b>Saldo 2º semestre equivalência patrimonial</b>	<b>1.235</b>	<b>5.098</b>	<b>-</b>	<b>6.333</b>

- (a) Em 2017, o Banco, adquiriu 99% de participação societária, junto à empresa Bari Securitizadora S.A., com valor nominal de R\$ 1.337 (um milhão, trezentos e trinta e sete mil reais). A Bari Securitizadora tem como objeto social: (a) aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.
- (b) Em setembro de 2011, o Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Bari Companhia Hipotecária, na qual o Banco detém participação de 99% do capital. A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.
- (c) Em agosto de 2023, a CIP S.A finalizou a incorporação da empresa CRT4 – Central de Registro de Ativos S.A., com a operação, o Banco Bari agora é acionista da CIP S.A que em como objeto social atividades criação, desenvolvimento e a operação de sistemas relacionados a, incluindo, mas não se limitando, prestação de serviços com o fim de proporcionar (a) a transferência de fundos e de outros ativos financeiros, bem como de informações no âmbito do mercado financeiro nacional; e (b) o registro, processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos em qualquer de suas formas, e o método de reconhecimento é por custo visto a inexistência de influência significativa.

## 11 Intangível

### Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2025	<u>12.781</u>	<u>641</u>	<u>13.422</u>
<b>Movimentação do custo</b>			
Valor total capitalizado em 1º de janeiro de 2025	50.957	2.657	53.614
Adição ao intangível no exercício	-	106	106
Baixas	-	(10)	(10)
<b>Custo em 31 de dezembro de 2025</b>	<u><b>50.957</b></u>	<u><b>2.753</b></u>	<u><b>53.710</b></u>
<b>Movimentação da amortização</b>			
Amortização em 1º de janeiro de 2025	(38.176)	(2.016)	(40.192)
Reclassificação saldos 1º semestre	-	231	231
Amortização exercício	(7.870)	(548)	(8.418)
<b>Amortização em 31 de dezembro de 2025</b>	<u><b>(46.046)</b></u>	<u><b>(2.333)</b></u>	<u><b>(48.379)</b></u>
Saldo contábil líquido:			
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<u><b>4.911</b></u>	<u><b>420</b></u>	<u><b>5.331</b></u>

## 12 Depósitos e demais instrumentos financeiros

### a. Depósitos

Vencimento	31/12/2025			
	à vista	à prazo	Interfinanceiros	Outros depósitos
Sem vencimento (a.1)	25.376	-	-	37
Até 3 meses		24.759	-	
De 04 a 12 meses		154.941	5.423	
Acima de 12 meses		276.447	54.480	5.994
<b>Total</b>	<u><b>25.376</b></u>	<u><b>456.147</b></u>	<u><b>59.903</b></u>	<u><b>6.031</b></u>
Circulante	25.376	179.700	5.423	37
Não Circulante	-	276.447	54.480	5.994

(a.1) Apresentadas como “sem vencimento”, pois não existe data de vencimento contratual.

**b. Recursos de aceites de emissão de títulos**

Vencimento	<b>31/12/2025</b>	
	<b>Obrigações por emissão de letra de crédito imobiliário</b>	<b>Letra Financeira</b>
Até 3 meses	124.586	-
De 04 a 12 meses	246.913	-
Acima de 12 meses	516.040	34.124
<b>Total</b>	<b>887.539</b>	<b>34.124</b>
Circulante	371.499	-
Não Circulante	516.040	34.124

**c. Reconciliação das despesas de captação com o resultado**

	<b>2º Sem/2025</b>	<b>31/12/2025</b>
Despesa de depósito interfinanceiros	(4.382)	(4.903)
Despesas de depósitos a prazo	(34.320)	(69.074)
Despesas de operações compromissadas	(6)	(14)
Despesas de letra de crédito imobiliário	(48.819)	(92.715)
Despesas com letra financeira	(2.007)	(2.082)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(821)	(1.567)
<b>Total</b>	<b>(90.355)</b>	<b>(170.355)</b>

**13 Relações interfinanceiras**

<b>Circulante</b>	<b>31/12/2025</b>
Transações de pagamento – cartão de crédito	1.286
<b>Total</b>	<b>1.286</b>

## 14 Obrigações sociais e estatutárias

	<b>31/12/2025</b>
<b>Circulante</b>	
Participações no resultado	633
<b>Total</b>	<b>633</b>
 <b>Não Circulante</b>	
Juros sobre capital próprio a pagar	77
<b>Total</b>	<b>77</b>

## 15 Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias

	<b>31/12/2025</b>
<b>Circulante</b>	
Impostos diferidos	4.152
Cofins	426
Impostos e contribuições sobre salários	244
IRRF	196
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	167
Pis	69
IRRF s/ resgates de renda fixa	62
ISS	34
<b>Total</b>	<b>5.350</b>
 <b>Não Circulante</b>	
Impostos diferidos	1.177
<b>Total</b>	<b>1.177</b>

## 16 Outras obrigações - Diversas

	<b>31/12/2025</b>
<b>Circulante</b>	
Credores diversos - país (a)	28.130
Outras provisões	5.011
Provisão para contingência (nota 17)	663
Despesas de pessoal	564
<b>Total</b>	<b>34.368</b>
 <b>Não circulante</b>	
Credores diversos - país (a)	642
Provisão para contingência (nota 17)	382
<b>Total</b>	<b>1.024</b>

- (a) Referem-se a:
- (i) contratos a liberar e a compra de carteira no montante de R\$ 21.634;
  - (ii) parcelas de operações de crédito (imobiliário e consignado) recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente no montante de R\$ 5.540;
  - (iii) cessão de crédito a pagar no montante de R\$ 415
  - (iv) outras despesas acessórias a pagar no montante de R\$ 671;
  - (v) seguros a repassar à seguradoras no montante de R\$ 158 e
  - (vi) outros credores pulverizados R\$ 353.

## 17 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

### a. Ativos contingentes

No semestre e exercício findo em 31 de dezembro e 2025 não foram reconhecidos ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

### b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto. Para os processos classificados com risco de perda provável o Banco efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

### c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no período

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possui contabilizada provisões para ações cíveis no montante de R\$ 1.045, os valores estão registrados na rubrica “Outras obrigações - Diversas”, conforme movimentação demonstrada abaixo:

	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Cíveis	952	650	(494)	(63)	1.045
<b>Total</b>	<b>952</b>	<b>650</b>	<b>(494)</b>	<b>(63)</b>	<b>1.045</b>
	Saldo em 01/07/2025	Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Cíveis	850	404	(165)	(44)	1.045
<b>Total</b>	<b>850</b>	<b>404</b>	<b>(165)</b>	<b>(44)</b>	<b>1.045</b>

Em 31 de dezembro de 2025, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificado como provável.

**d. Passivos contingentes**

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 31 de dezembro de 2025, por processos de natureza cível e totalizaram R\$ 1.884.

O Banco não possui processos de natureza trabalhistas classificados como risco de perda possível em 31 de dezembro de 2025.

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

**e. Cronograma de estimativa de desembolso das provisões:**

	2026	2027	acima de 2027
Provisões cíveis	663	228	154
<b>Total</b>	<b>663</b>	<b>228</b>	<b>154</b>

## 18 Patrimônio líquido

**a. Capital social**

O valor do capital social é, sendo R\$ 162.600 em ações ordinárias e nominativas e R\$ 2.400 em ações preferenciais nominativas e resgatáveis, entre valores integralizados e em processo de homologação junto ao Banco Central, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	Participação %	Ações Ordinárias (R\$)	Ações Preferenciais - Classe A (R\$)	Ações Preferenciais - Classe C (Aumento de Capital em Homologação) (R\$)	Total ações (R\$)
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	35,48%	42.570.120	-	15.963.795	58.533.915
Ivo Luiz Roveda	24,19%	29.024.280	-	10.884.105	39.908.385
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	19,60%	23.520.000	-	8.820.000	32.340.000
Enio Fornea Junior	11,76%	14.116.200	-	5.293.575	19.409.775
Antonio Bordin Neto	6,97%	8.369.400	-	3.138.525	11.507.925
Evaldo Leandro Perussolo	2,00%	-	2.400.000	900.000	3.300.000
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>117.600.000</b>	<b>2.400.000</b>	<b>45.000.000</b>	<b>165.000.000</b>

**a.1 Aumento de capital e criação de ações preferenciais classe “C”**

Em 01 de abril de 2025, os acionistas deliberam um aumento de capital, integralizados em moeda corrente, no montante de R\$ 15.500, com emissão de 15.190.000 ações ordinárias e nominativas

e 310.000 ações preferenciais nominativas. O referido aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 28 de abril de 2025

Em 17 de dezembro de 2025, os acionistas deliberaram um aumento de capital, integralizados em moeda correntes, com protocolo junto ao Banco Central, com a criação de ações preferenciais Classe C, na quantidade de 45.000.000, no montante de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais). Os recursos originários para esse aumento são compostos de R\$ 38.400 com dividendos deliberados na 51ª AGE e R\$ 6.600 com juros sobre capital próprio, conforme item “a” da referida 52ª AGE.

**b. Reserva legal**

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 9.867.

**c. Reserva estatutária**

A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 24.420 refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

**d. Dividendos e juros sobre capital próprio**

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

**d.1 Conciliação de valores de JCP a pagar**

	a) Distribuição de JCP em 2019	b) Distribuição de JCP em 2023 - Exerc. Anteriores	c) Distribuição de JCP em 2023	d) Distribuição de JCP em 2024	e) Distribuição de JCP em 2025
Valor provisionado	5.040	12.260	740	20.234	14.352
(-) IRRF	(756)	(1.839)	(111)	(3.035)	(2.152)
Valor líq. a pagar	4.284	10.421	629	17.199	12.200
(-) Valores pagos no período	(4.284)	(10.421)	(629)	(17.199)	(12.123)
<b>Total a pagar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>77</b>
<b>Resumo do total a pagar</b>	<b>77</b>				

Deliberado por:

a) 24ª AGO de 30 de abril de 2020; b), c) 29ª AGO de 30 de abril de 2024, d) 30ª AGO de 30 de abril de 2024 e e) AGE 51ª e 52ª.

## d.2 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	2º Sem/2025	31/12/2025
<b>Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)</b>		
Lucro líquido do período / exercício	16.782	35.480
Reserva legal (5%)	839	1.774
<b>Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>15.943</b>	<b>33.706</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25% conforme estatuto social)	3.986	8.427

Foram destacados juros sobre o capital próprio e dividendos aos acionistas em valor superior aos mínimos obrigatórios.

## 19 Transações entre partes relacionadas

	2025	2º Sem/2025		31/12/2025	
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Receitas	(Despesas)
<b>Pessoas físicas</b>					
LCI e CDB (a)	(203.575)	-	(14.157)	-	(25.735)
Depósitos a vista	(911)	-	-	-	-
Operações de crédito	162	-	-	-	-
Remuneração administradores	-	-	(617)	-	(920)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(49)	-	-	-	-
<b>Controladas (a)</b>					
Operações de crédito	29	-	-	-	-
Serviços prestados	4.626	1.841	-	3.129	-
Aplicação interfinanceira	-	-	-	-	-
Utilização de estrutura compartilhada	158	7.429	-	12.441	-
Reembolso custo de origem	(332)	-	-	-	-
Dividendos e JCP	5.811	-	-	-	-
Depósitos a vista	(127)	-	-	-	-
LCI e CDB (a)	(8.419)	-	(701)	-	(1.292)
Remuneração Banco Liquidante	-	45	-	68	-
<b>Pessoas jurídicas</b>					
Desenvolvimento de software	(553)	-	(10.020)	-	(15.051)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(27)	-	-	-	-
Depósitos a vista	(2.112)	-	-	-	-
LCI e CDB (a)	(25.931)	-	(3.361)	-	(6.325)
Prestação de serviços adm e cobrança (b)	(2.040)	-	(14.498)	-	(20.914)
Aluguel comercial	-	-	(89)	-	(133)
Utilização de estrutura compartilhada	-	407	-	563	-
Operações de crédito	44	-	-	-	-

<b>Fluxo vencimento de Partes Relacionadas</b>	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 4 a 12 meses</b>	<b>Acima 12 meses</b>
<b>Ativo</b>			
Operações de crédito	235	-	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	5.811	-
Utilização de Estrutura Compartilhada	158	-	-
Serviços Prestados	4.626	-	-
<b>Total</b>	<b>5.019</b>	<b>5.811</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>			
Depósito a visa	3.150	-	-
Depósitos a prazo	30.649	58.376	148.900
Reembolso custo de originação cessão de crédito	332	-	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	76	-
Desenvolvimento de software	553	-	-
Prestação de serviços administrativos e cobrança	2.040	-	-
<b>Total</b>	<b>36.724</b>	<b>58.452</b>	<b>148.900</b>

**Informações adicionais:**

As transações foram realizadas de acordo com condições determinadas por políticas para transações entre partes relacionadas deste Grupo.

(\*) São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas : (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A; (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigüi Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Enio Fornea & Cia Ltda.; (ix) Center Automóveis Ltda.; (x) Espaço Automóveis Ltda.; (xi) GFA Incorporações Ltda.; (xii) Amambahy Participações Ltda.; (xiii) Fórmula Automóveis Ltda.; (xiv) Instituto Barigüi; (xv) Marumbi Investimentos Ltda; (xvi) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda; (xvii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda; (xviii) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda; (xix) EZN Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda; e (xx) DI Documentação Imobiliária Ltda.

- (a) Controladas: Bari Companhia Hipotecária, Bari Securitizadora S.A.
- (b) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.

As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

**a. Política de remuneração**

O Banco remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Os membros da diretoria executiva têm remuneração de natureza fixa e variáveis. O valor no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está representado por R\$ 314 e R\$ 617 respectivamente.

## 20 Receita de prestação de serviços

	2º sem/2025	31/12/2025
Confecção de cadastro pessoa física e jurídica	3.019	4.975
Serviços de banco liquidante e coordenador líder	2.628	5.135
Receita com <i>interchange</i>	168	342
Rendas de outros serviços	82	137
<b>Total</b>	<b>5.897</b>	<b>10.589</b>

## 21 Despesas tributárias

	2º Sem/2025	31/12/2025
Despesa de COFINS	(2.055)	(4.700)
Despesa de PIS	(334)	(764)
Despesas de ISS	(200)	(341)
Outros	(72)	(212)
<b>Total</b>	<b>(2.661)</b>	<b>(6.017)</b>

## 22 Outras despesas administrativas

	2º sem/2025	31/12/2025
Despesas de processamento de dados	(9.370)	(18.151)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(8.084)	(16.862)
Despesas com amortização/depreciação	(3.697)	(8.774)
Despesas com propaganda e publicidade	(2.280)	(3.989)
Despesa com serviços técnicos especializados	(1.247)	(2.280)
Despesas de comunicação	(702)	(1.232)
Despesas serviço sistema financeiro	(620)	(1.182)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(581)	(1.070)
Despesas com acordo judicial e provisionamento de passivos contingentes	(526)	(928)
Despesas judiciais e cartório	(435)	(934)
Consultas cadastrais	(267)	(533)
Despesas de aluguel comercial e condomínio	(256)	(510)
Despesas com viagens	(228)	(396)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(141)	(276)
Outras despesas	(488)	(792)
<b>Total</b>	<b>(28.921)</b>	<b>(57.910)</b>

(a) Refere-se principalmente à:

(i) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 correspondem ao valor de R\$ 586 e R\$ 2.263, respectivamente;

- (ii) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 correspondem ao valor de R\$ 1.094 e R\$ 2.142, respectivamente;
- (iii) As despesas incorridas a títulos de assessoria e consultorias comerciais, para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, correspondem ao valor de R\$ 784 e R\$ 1.655, respectivamente.
- (iv) As despesas incorridas a título de custos de repasse aos órgãos públicos para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 correspondem ao valor de R\$ 635 e 1.320, respectivamente;
- (v) As despesas com administração de dados das carteiras de operação de crédito, para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 correspondem ao valor de R\$ 3.200 e R\$ 6.053 respectivamente;
- (vi) As despesas relativas à assessoria em recursos humanos, análise de crédito, análise de abertura de conta, ponto de atendimento e plataforma digital para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 correspondem ao valor R\$ 1.726 e R\$ 3.316, respectivamente;
- (vii) Outras despesas pulverizadas, para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 correspondem ao valor de R\$ 59 e R\$ 113, respectivamente.

O Banco possui processo para a contratação de auditoria independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do auditor independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Os honorários relativos à auditoria independente relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 montam o total de R\$ 252.

## 23 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

### a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>2º Sem/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Impostos correntes</b>		
Provisão para imposto de renda	619	(1.590)
Provisão para contribuição social	444	(1.365)
<b>Total</b>	<b><u>1.063</u></b>	<b><u>(2.955)</u></b>
Ativo e passivo fiscal diferido	(1.668)	(1.454)
Prejuízo fiscal diferido para imposto de renda e contribuição social	428	(1.317)
<b>Total imposto de renda e contribuição social</b>	<b><u>(177)</u></b>	<b><u>(5.726)</u></b>

**b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado**

	<b>2º Sem/2025</b>	<b>31/12/2025</b>
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	16.959	41.206
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 20% e 25%, respectivamente	(7.632)	(18.543)
<b>Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:</b>		
Adições permanentes	(26)	(28)
Adições Swap liquidado	(1.725)	(2.346)
Outras Adições		
<b>Exclusões</b>		
Equivalência	2.850	6.228
Juros sobre capital próprio	4.511	6.446
Outros	1.845	2.517
<b>Total Impostos de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(177)</b>	<b>(5.726)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.063	(2.955)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.240)	(2.771)

**c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	<b>Saldo inicial em 01/07/2025</b>	<b>Constituição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Saldo final em 31/12/2025</b>
<b>Imposto de renda</b>				
Prejuízo Fiscal Base IRPJ	17.788	619	(381)	18.026
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.062	463	(796)	4.729
Provisão para contingências	212	59	(10)	261
MtM instrumentos financeiros hedge accounting	(4.687)	(693)	2.420	(2.960)
MtM Títulos e Valores Mobiliários	5	(2)	90	93
Outras provisões	396	89	(54)	431
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>23.463</b>	<b>1.230</b>	<b>(1.241)</b>	<b>23.540</b>
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>(4.687)</b>	<b>(695)</b>	<b>2.510</b>	<b>(2.960)</b>
<b>Contribuição social</b>				
Base negativa de CSLL	14.232	495	(305)	14.422
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.020	370	(637)	3.754
Provisão para contingências	170	47	(8)	209
MtM instrumentos financeiros hedge accounting	(3.751)	(555)	1.936	(2.369)
MtM Títulos e Valores Mobiliários	3	1)	72	74
Outras provisões	282	71	(43)	309
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>18.706</b>	<b>984</b>	<b>(993)</b>	<b>18.768</b>
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>(3.751)</b>	<b>(556)</b>	<b>2.008</b>	<b>(2.369)</b>

**Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.**  
*Demonstrações financeiras referente ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025*

<b>TOTAL Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>42.170</b>	<b>2.214</b>	<b>(2.234)</b>	<b>42.308</b>
<b>TOTAL Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>(8.437)</b>	<b>(1.251)</b>	<b>4.518</b>	<b>(5.329)</b>

<b>Conciliação dos efeitos</b>		<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>Total Semestre</b>
Efeito no Resultado		(249)	(199)	(448)
Efeito no Patrimônio líquido		88	1.452	1.540
Efeito Prejuízo Fiscal - Resultado		238	190	428
<b>Total</b>		<b>77</b>	<b>1.443</b>	<b>1.520</b>

	<b>Saldo inicial em 01/01/2025</b>	<b>Constituição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Saldo final em 31/12/2025</b>
<b>Imposto de renda</b>				
Prejuízo Fiscal Base IRPJ	18.759	855	(1.587)	18.027
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.137	1.716	(1.328)	7.525
Provisão para contingências	238	68	(45)	261
MtM instrumentos financeiros hedge accounting	(4.471)	(1.435)	2.945	(2.961)
MtM Títulos e Valores Mobiliários	30	(30)	93	93
Outras provisões	412	252	(232)	432
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>26.576</b>	<b>2.891</b>	<b>(3.192)</b>	<b>26.338</b>
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>(4.471)</b>	<b>(1.465)</b>	<b>3.038</b>	<b>(2.961)</b>

<b>Contribuição social</b>				
Base negativa de CSLL	15.006	684	(1.269)	14.421
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.709	1.373	(1.062)	6.020
Provisão para contingências	191	54	(36)	209
MtM instrumentos financeiros hedge accounting	(3.576)	(1.149)	2.356	(2.369)
MtM Títulos e Valores Mobiliários	23	(23)	74	74
Outras provisões	-	532	(186)	346
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>20.929</b>	<b>2.643</b>	<b>(2.553)</b>	<b>21.070</b>
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>(3.576)</b>	<b>(1.172)</b>	<b>2.430</b>	<b>(2.369)</b>

<b>TOTAL Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>47.505</b>	<b>5.534</b>	<b>(5.745)</b>	<b>47.408</b>
<b>TOTAL Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>(8.047)</b>	<b>(2.637)</b>	<b>5.468</b>	<b>(5.330)</b>

<b>Conciliação dos efeitos</b>		<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>Total Exercício</b>
Efeito no Resultado		431	675	1.106
Efeito no Patrimônio líquido		63	1.258	1.321
Efeito Prejuízo Fiscal - Resultado		(732)	(585)	(1.317)
<b>Total</b>		<b>(238)</b>	<b>1.348</b>	<b>1.110</b>

As diferenças tributárias são referentes às:

Proporção para realização	2026	2027	2028	acima de 3 anos	TOTAL
Provisão de contingência - Outros Passivos e trabalhistas	63%	22%	15%	-	100%
Provisão Desvalorização de Imóveis	11%	89%	-	-	100%
Participação nos lucros	100%	-	-	-	100%
Carteira Normal PDD	9%	20%	-	71%	100%
Carteira Estoque PDD (2024)	10%	10%	10%	70%	100%
TVM	100%	-	-	-	100%
Prejuízo fiscal	10%	20%	25%	45%	100%

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2025 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	dez-26	dez-27	dez-28	acima de 3 anos	TOTAL
<b>ATIVO FISCAL DIFERIDO</b>					
<b>Imposto de Renda</b>					
Diferenças Temporária Tributável	1.064	1.546	166	5.534	8.310
Prejuízo Fiscal	1.803	3.605	4.507	8.112	18.027
Total	2.867	5.151	4.673	13.646	26.337
Valor Presente	2.472	4.443	4.030	11.770	22.715
<b>Contribuição Social</b>					
Diferenças Temporária Tributável	851	1.237	133	4.427	6.648
Prejuízo Fiscal	1.442	2.884	3.605	6.491	14.422
Total	2.293	4.121	3.738	10.918	21.070
Valor Presente	1.978	3.554	3.224	6.490	15.246
	dez-26	dez-27	dez-28	acima de 3 anos	TOTAL
<b>PASSIVO FISCAL DIFERIDO</b>					

**Imposto de Renda**

Diferenças Temporária Tributável	2.306	655	-	-	2.961
Total	<u>2.306</u>	<u>655</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.961</u>
Valor Presente	<u>1.989</u>	<u>565</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.554</u>

**Contribuição Social**

Diferenças Temporária Tributável	1.845	524	-	-	2.369
Total	<u>1.845</u>	<u>524</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.369</u>
Valor Presente	<u>1.591</u>	<u>452</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.043</u>

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros de captação de 107,01 % CDI.

O Banco não deixou de ativar os créditos tributários durante o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**d. Obrigações fiscais diferidas**

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 5.329 em 31 de dezembro de 2025, referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado de hedge de fluxo de caixa e títulos e valores monetários, marcados a mercado.

**24 Patrimônio líquido exigido (acordo da Basileia)**

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. O índice de Basileia de 21,49, apurado de acordo com os preceitos regulamentares para o período findo em 31 de dezembro de 2025, representativo para o Conglomerado Prudencial Bari.

	<u>31/12/2025</u>
Patrimônio de referência	<u>182.732</u>
Índice de Basileia BACEN	<u>21,49</u>

**25 Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital**

Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas no Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), líder do conglomerado Prudencial Bari que é composto pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., sendo o Banco Bari líder do Conglomerado e instituição enquadrada no segmento S4, nos termos da Resolução CMN nº 4.553 de 30/01/2017.

A seguir, os principais fatores dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

**(i) Risco de crédito**

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito monitora a qualidade em níveis coerentes com o apetite de risco do Bari para cada segmento de mercado em que opera e o comportamento da carteira de crédito através de indicadores consistentes, a fim de atender a complexidade do negócio e visando alcançar boas práticas de mercado.

O comportamento da inadimplência é analisado de forma sistemática e metódica com o objetivo de identificar, avaliar e acompanhar tendências, promovendo ações que buscam o controle e mitigação dos riscos.

**(ii) Risco operacional**

Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Inclui-se também nesta modalidade o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimentos de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

**(iii) Gestão de continuidade de negócio**

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do conglomerado e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e anualmente são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo.

**(iv) Risco de mercado e de Taxa de Juros**

Define-se o risco de mercado e de Taxa de Juros como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado e no resultado de intermediação financeira de instrumentos financeiros detidos pelas instituições do Bari.

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado e de Taxa de Juros possui, ainda, um escopo focado no controle do risco do descasamento das posições ativas e passivas no que concerne às taxas/indexadores praticadas pelo Bari.

**(v) Risco de liquidez**

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez é responsável por identificar, avaliar, monitorar, mensurar, controlar e reportar a exposição ao Risco e situações que possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da organização.

O comportamento do fluxo de caixa é acompanhado diariamente e outros indicadores de liquidez são acompanhados mensalmente de forma independente e sistemática, buscando identificar situações de risco e promover ações que garantam a boa saúde financeira da instituição.

**(vi) Gerenciamento de capital**

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

I – monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

II – avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta;

III – planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O processo de identificação e avaliação dos riscos relevantes é realizado com periodicidade mínima anual, através do Plano de Capital, contemplando os riscos considerados no cálculo do capital regulamentar.

**(vii) Risco Social, Ambiental e Climático**

Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum.

Define-se o risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático divide-se em duas vertentes, sendo:

- **Risco climático de transição:** define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;
- **Risco climático físico:** define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática do Bari caracteriza o crédito imobiliário como a modalidade de crédito mais sensível ao risco, devido à possibilidade do imóvel, objeto do financiamento e/ou garantia da operação, apresentar desconformidades socioambientais. Neste último contexto, incluímos as operações de compra de carteiras, alcançando as incorporadoras e construtoras cedentes de créditos.

Vale registrar que o Bari desenvolve ações para prevenção dos riscos citados, em especial na área de crédito imobiliário, inserindo nas avaliações de imóveis apurações sobre eventuais pendências junto aos órgãos encarregados de coibir irregularidades na área aqui tratada.

\* \* \*

**Diretoria**

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro  
Diretor Presidente

Evaldo Leandro Perussolo  
Diretor Superintendente

Mateus Vargas Fogaça  
Diretor Executivo

**Conselho de Administração**

Ivo Luiz Roveda  
Presidente

Enio Fornea Júnior  
Vice Presidente

Felix Archanjo Bordin  
Conselheiro

Antônio Bordin Neto  
Conselheiro

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro  
Conselheiro

**Responsável Técnica**

Cristiane Aparecida Damrat  
Contadora CRC PR 063966/O-2



@bancobari



/bancobari



/bancobari



@banco\_bari



bancobari.com.br



Avenida Sete de Setembro, 4781 | Sala 2  
Água Verde | Curitiba-PR

banco  
bari.